

**Parecer nº 170/99**

Data: 1999.10.20

Processo nº 726

**Requerente:** Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa.

**1. Os factos e o pedido**

1.1 O aluno da Escola Secundária de Leal da Câmara, sita em Rio de Mouro, Carlos José Dias Teixeira Vieira, reclamou em 21 de Julho de 1998 do montante (500\$00) exigido por aquele estabelecimento de ensino com sendo o dos encargos relativos à reprodução, por fotocópia, de prova de exame do 12º ano, montante que considera manifestamente excessivo, *“tendo em conta o serviço prestado”* (cfr. cópia da reclamação constante do processo, a qual foi apresentada em modelo próprio para o efeito).

Todavia, em parte alguma se refere o número de páginas reproduzidas.

1.2 Do ofício dirigido, no dia imediato, pelo presidente do Conselho Directivo da referida escola à coordenadora da respectiva área educativa (de que há fotocópia no processo), consta o seguinte:

- o Despacho Normativo nº 16/98 (publicado no *Diário da República*, I série – B, de 13 de Março) e a norma nº 2/98 consagram o acesso dos interessados a fotocópias quer do enunciado da prova (com as cotações), quer dos critérios de correcção e de classificação, quer da prova realizada, mediante o pagamento dos encargos correspondentes;

- a fixação em 500\$00 do quantitativo destes encargos foi feita em reunião plenária dos Conselhos Directivos da Área Pedagógica nº 9, realizada em 15 de Junho de 1998;
- aquele aluno foi informado de que poderia consulta o original da prova sem quaisquer encargos e sem limite de tempo, acompanhado por um professor do secretariado de exames, hipótese que recusou.

1.3 Em informação emitida sobre a questão pela Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), em 3 de Março deste ano, refere-se que, conquanto o procedimento adoptado pela Escola não contrarie o disposto no Despacho Normativo aludido *supra* (nºs 37.4, 37.5 e 37.6), não se mostra o mesmo *“conforme às disposições do Despacho Conjunto nº 280/97, de 30/8”*. E, perante tal divergência – e tendo *“em conta os princípios de justiça e imparcialidade no acesso dos cidadãos aos documentos administrativos e processos que lhes dizem respeito”* –, sugere-se que seja solicitado o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

1.4 Sobre tal informação foi exarado, em 9 de Março p. p., pela Directora Regional Adjunta de Educação de Lisboa, despacho de concordância, ao mesmo tempo que se levava o assunto à apreciação do Secretário de Estado da Administração Educativa (SEAE).

1.5 Este membro do Governo, por despacho de 17 de Março do corrente ano, manifestou igualmente a sua concordância, embora tenha decidido colocar o problema à consideração da Secretária de Estado da Educação e Inovação (SEEI).

1.6 E foi por ofício de 30 de Setembro de 1999, do Gabinete do SEAE, que foi pedido à CADA que emitisse parecer.

## 2. O Direito

2.1 Em rigor, a questão que aqui se coloca não é a de haver sido vedada ao interessado a possibilidade de acesso a um documento – uma das suas provas de exame do 12º ano -, mas a do valor cobrado pela reprodução do mesmo, reputado excessivo.

2.2 O nº 37.4 do aludido Despacho Normativo nº 16/98 (que aprova o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário) dispõe que podem ser fornecidas, *“mediante o pagamento dos encargos”* fotocópias da prova, dos enunciados com as cotações e dos critérios de correcção e de classificação da mesma.

E no mesmo sentido vai a referida norma nº 2/98, talvez (nada se diz no processo) uma norma explicativa ou orientadora da aplicação daquele Despacho Normativo.

2.3 De acordo com nº 2 do artigo 12º da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei 94/99, de 16 de Julho -, a reprodução por fotocópia fica sujeita ao pagamento *“do encargo financeiro estritamente correspondente ao custo dos materiais usados e do serviço prestado, a fixar por decreto–lei ou decreto legislativo regional, consoante o caso”*.

E o artigo 3º do Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio, acrescenta ainda não dever esse encargo financeiro ultrapassar *“o valor médio praticado no mercado por serviço correspondente”* e que tal seria objecto de despacho do Ministro das Finanças, ouvida a CADA.

Ora o Despacho Conjunto nº 280/97, publicado no Diário da República, II Série, nº 200, de 30 de Agosto de 1997, diz no corpo do seu número 1 que *“no exercício do seu direito de acesso aos documentos administrativos, os*

*cidadãos suportarão o custo na reprodução de documentos administrativos” constante da tabela que dele faz parte.*

Tal tabela fixa, para a reprodução em suporte de papel (fotocópia) de formato A 4, os valores de 7\$50 (entre 1 e 50 fotocópias), de 5\$00 (entre 50 e 100) e de 4\$00 (mais de 100) e, para reprodução em formato A 3, os valores de 15\$00 (entre 1 e 50 fotocópias), de 12\$50 (entre 50 e 100) e de 10\$00 (mais de 100).

E o número 2 deste Despacho Conjunto, dispõe que “*o custo a que se refere o número anterior não se aplica à reprodução de documentos que, pela sua natureza, se encontre já definido e fixado em legislação própria*”.

2.4 A um aspecto cabe agora fazer referência: o da não aplicabilidade, em concreto, deste número 2 do já mencionado Despacho Conjunto. De facto, não há aqui um valor “já definido e fixado em legislação própria”, pois, recorde-se, nem o Despacho Normativo nº 16/98 nem a Norma nº 2/98 (ambos, aliás, posteriores àquele Despacho Conjunto) estabelecem quantitativos a pagar.

2.5 Assim sendo – e no pressuposto de que na fixação daquele montante de 500\$00 (a que procederam os Conselhos Directivos das Escolas da Área Pedagógica nº 9) não foi tomada em consideração a quantidade de páginas a fotocopiar, mas apenas o número de provas de exame cuja reprodução poderia vir a ser solicitada –, deverá entender-se que foi directamente contrariado o disposto no Despacho Conjunto nº 280/97, que de resto, em consonância com a legislação que lhe serviu de base, mais não faz do que proceder à concretização dos critérios definidos na LADA e no Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio.

### **3. Conclusão**

Do exposto se conclui:

No pressuposto de que, na fixação daquele montante de 500\$00 (a que procederam os Conselhos Directivos das Escolas da Área Pedagógica nº 9) não foi tomada em consideração a quantidade de páginas a fotocopiar – mas apenas o número de provas de exame cuja reprodução poderia vir a ser solicitada –, deverá entender-se que foi directamente contrariado o disposto no Despacho Conjunto nº 280/97, que de resto, em consonância com a legislação que lhe serviu de base, mais não faz do que proceder à concretização dos critérios definidos na LADA e no Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio.

Aprovado na sessão da CADA de 20 de Outubro de 1999

*Castro Martins* (Presidente) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*